

DOI 10.20396/rap.v16i1.8663866

---

**A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA PELA PERSPECTIVA DO  
PUTAFEMINISMO: MATERIALIDADES E NARRATIVAS DE TRABALHADORAS  
SEXUAIS EM UMA EXPOSIÇÃO NA CIDADE DE PELOTAS**

---

*Vanessa Avila Costa<sup>1</sup>  
Louise Prado Alfonso<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Este artigo propõe a musealização de uma arqueologia que envolva as trabalhadoras sexuais, abarcando suas materialidades e narrativas no espaço dos museus e que considere suas demandas contemporâneas. Partindo dessa perspectiva, reivindicamos um fazer arqueológico engajado com o ativismo político do putafeminismo, movimento este travado por trabalhadoras sexuais, que tem como objetivo lutar contra o estigma que cerca a profissão e pela garantia de direitos trabalhistas. Os museus são espaços que, tradicionalmente, privilegiam uma narrativa hegemônica branca, elitista, androcêntrica e cis-heteronormativa, o que acaba por suprimir as histórias de trabalhadoras sexuais. Nesse sentido, nos debruçaremos sobre a experiência de construção do módulo “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”, de uma exposição que fez parte das comemorações do Dia do Patrimônio em Pelotas (RS) no ano de 2019.

**PALAVRAS- CHAVE:** Musealização da arqueologia; Trabalhadoras sexuais; Putafeminismo; Exposição; Patrimônio.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestra em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e doutoranda em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) pela UFPe. É integrante do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPe) e pesquisadora do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da FURG. Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: vanessaavilacosta@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPe). Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da UFPe. Integrante do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPe). E-mail: louiseturismo@yahoo.com.br

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze a musealization of an archeology that involves sex workers, encompassing their materialities and narratives in museums in order to consider their contemporary demands. From this perspective, we demand an archaeological work engaged with the political activism of putafeminism, a movement of sex workers, which aims to fight against the stigma surrounding the profession and to guarantee labor rights. Museums are spaces that traditionally favor a hegemonic white, elitist, androcentric and cis-heteronormative narratives, which ends up suppressing the stories of sex workers. In this sense, we will present the experience of preparing the module "The struggle of workers for the right to inhabit the city of Pelotas", an exhibition that was part of the celebrations of Heritage Day in Pelotas (RS) in 2019.

**KEYWORDS:** Musealization of archeology; Sex workers; Putafeminism; Exposure; Heritage.

## **RESUMEN**

Este artículo propone la musealización de una arqueología que involucra a las trabajadoras sexuales, englobando sus materialidades y narrativas en el espacio de los museos y que considera sus demandas contemporáneas. Desde esta perspectiva, exigimos un trabajo arqueológico comprometido con el activismo político del putafeminismo, un movimiento de trabajadoras sexuales, que tiene como objetivo luchar contra el estigma que rodea a la profesión y garantizar los derechos laborales. Los museos son espacios que tradicionalmente favorecen una narrativa hegemónica blanca, elitista, androcéntrica y cis-heteronormativa, que acaba por suprimir las historias de las trabajadoras sexuales. En este sentido, nos centraremos en la experiencia de construir el módulo "La lucha de los trabajadores por el derecho a vivir en la ciudad de Pelotas", en una exposición que formó parte de las celebraciones del Día del Patrimonio en Pelotas (RS) en 2019.

**PALABRAS-CLAVE:** Musealización de la arqueología; Trabajadoras sexuales; Putafeminismo; Exposición; Patrimonio.

## **INTRODUÇÃO**

Os campos da arqueologia e museologia possuem "cumplicidades no universo da construção do legado patrimonial" (BRUNO, 2013, p. 9). A própria conformação dos museus e da arqueologia como ciência, conforme Camila Wichers (2017a), ocorre no século XIX e está estritamente relacionada ao colonialismo e imperialismo, situando-se, portanto, no contexto de criação de identidades nacionais na Europa. Nas palavras da autora, "na modernidade ocidental, as identidades nacionais foram marcadamente machistas e sexistas". Desse modo, legitimaram "a opressão e subordinação das pessoas que não se enquadravam nessa modernidade, seja por questões de gênero, corpo e sexualidade, entre outros marcadores" (WICHERS, 2017a, p. 38).

Inseridos nessa conjuntura, enquanto produtos do colonialismo, ambos os campos do conhecimento atuaram no reforço das relações de poder e, conseqüentemente, serviram como respaldo das tecnologias de coerção criadas pelo Estado, que fundamentam os processos de exclusão de determinados grupos sociais. Essa violência epistêmica está fortemente marcada nas narrativas patrimoniais que geralmente são selecionadas para compor as exposições em museus. É sabido, conforme Mário Chagas, que essas instituições desempenharam, durante muito tempo, a função de preservar apenas “os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas”. Mas, “de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do Estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades em movimento” (CHAGAS, 2011, p. 5). Ora, como afirma Benedict Anderson, “os museus e a imaginação museologizante são profundamente políticos” (ANDERSON, 2008, p. 246). O discurso dominante nesses espaços carrega uma ordem político-ideológica excludente, que opera na manutenção dos sistemas de opressão, (re)produzindo hierarquias sociais. Como agentes da opressão, eles são atravessados pelo racismo, o sexismo, a transfobia e outras formas de violência que estruturam nossa sociedade. São, portanto, instituições de reforço de uma narrativa hegemônica branca, elitista, androcêntrica e cis-heteronormativa.

A (re)produção dessa história “oficial” invisibiliza as narrativas de grupos subalternizados, o que faz com que eles não se sintam representados nesses espaços (ALFONSO, 2012). Dentre esses grupos, destacamos as trabalhadoras sexuais – não apenas as cisgêneras, mas principalmente as travestis e transexuais que são duplamente invisibilizadas.

Ressaltamos, conforme Djamila Ribeiro (2019, p. 33), a importância de percebermos o lugar social a partir do qual falamos, pois este “permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis”. Nesse sentido, defendemos a musealização de uma arqueologia que envolva as trabalhadoras sexuais, considerando suas demandas, narrativas e lutas contemporâneas ao analisar a materialidade que constrói a sua vida cotidiana. Reivindicamos, sobretudo, uma ciência arqueológica engajada com o ativismo político do putafeminismo, movimento este que vem sendo travado por trabalhadoras sexuais (PRADA, 2018; MOIRA, 2018; SOUZA, 2018) e tem como objetivo articular a luta contra o estigma que cerca a profissão e pela garantia de direitos trabalhistas, como a regulamentação do trabalho sexual no Brasil. Afinal, de acordo com a trabalhadora sexual e ativista putafeminista Monique Prada (2018, p. 68), “é urgente

a abertura de espaços para tratar dos temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista”<sup>3</sup>.

Neste artigo, evidenciaremos a prática de musealização da arqueologia a qual nos apoiamos, a partir da experiência de construção do módulo intitulado “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”, da exposição “Patrimônios Invisibilizados: para além dos casarões, quindins e charqueadas”<sup>4</sup>, que ocorreu no Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, compreendendo as comemorações do Dia do Patrimônio em Pelotas (Rio Grande do Sul), no ano de 2019. Módulo este vinculado ao Projeto de Extensão “Mapeando a Noite: O Universo Travesti” e ao Projeto de Pesquisa “Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas”, ambos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da UFPel. Para tanto, a fim de situar o público leitor, deixaremos brevemente explícita a pesquisa de arqueologia da paisagem de prostíbulos que existiam na cidade nos anos iniciais do século XX (COSTA, 2020). Este trabalho, ao propor metodologias alternativas de evocação das paisagens dos prostíbulos em um fazer arqueológico que articula Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilitou a elaboração do módulo mencionado, bem como promoveu o diálogo com o público visitante da exposição.

## FAZER ARQUEOLÓGICO ANTIPUTAFÓBICO

Na esfera da dissertação de mestrado da autora principal deste artigo, intitulada “As Manifestações das Paisagens Ocultas: Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais” e

<sup>3</sup>Monique Prada (2018) afirma que “o feminismo convencional não chega ao prostíbulo e, quando chega, é ou na forma de salvacionismo, ou na de discurso de ódio”. “Chega, muitas vezes, na forma de passeatas contra a prostituição – e, sim, contra as prostitutas” (p. 68). Em suas palavras, chega “como algo que quer nos tirar a fonte de renda, o trabalho – aquele que muitas vezes é nossa única ou melhor opção de sustento –, e nunca como um aliado na busca por melhores condições de vida” (p. 69).

<sup>4</sup>A exposição “Patrimônios Invisibilizados: para além dos casarões, quindins e charqueadas” ocorreu no âmbito dos Projetos de Extensão “Mapeando a Noite: O Universo Travesti”, “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas” e “Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogas e Antropólogos em Formação”. Dessa forma, os módulos expositivos foram pensados a partir das temáticas desses projetos. Cabe salientar que todos os Projetos de Extensão mencionados estão vinculados ao Projeto de Pesquisa “Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas”, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sendo coordenados pela Profa. Dra. Louise Alfonso.

defendida em 2020, foram construídas narrativas sobre as trabalhadoras sexuais que viveram na cidade no começo do século XX (1914-1917), por meio de um estudo de arqueologia da paisagem (BENDER, 2002; DODE, 2012; SOUSA, 2005; THIESEN, 1999) dos prostíbulos. Para compreender os processos de exclusão sofridos por essas trabalhadoras, bem como suas resistências cotidianas, foi necessário um distanciamento das práticas coloniais que cercam a ciência, pensando em “alternativas à arqueologia moderna, jeitos diferentes de conceber o passado” (GNECCO, 2012, p. 21). O passado foi entendido a partir do seu entrelaçamento com o presente (OLSEN et al., 2012). Ao emaranhar-se, passado-presente, na paisagem desses prostíbulos que já não existem mais, escancaram as injustiças sociais do Estado expressas nas políticas de higienização que visam remover para bem longe dos olhares dos ditos “cidadãos de bem” os corpos considerados subversivos. Manifestar ausências (THIESEN et al., 2014), através da arqueologia, é desvelar as estratégias de silenciamento de narrativas sobre esses corpos através da destruição do mundo material que construía suas vivências cotidianas. É, sobretudo, evidenciar as suas (re)existências ao trazer à tona as presenças (SILVA, 2018) de prostíbulos e trabalhadoras sexuais nas paisagens que outrora foram temidas, estigmatizadas e ocultadas pelo poder. Afinal, entendemos que um dos importantes papéis da arqueologia ao qual nos debruçamos é “fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais” (LIMA, SENE, SOUZA, 2016, p. 301).

Levando em conta que a ciência arqueológica engajada com as reivindicações atuais das trabalhadoras sexuais pode legitimar as suas narrativas de luta pelo direito à cidade (AGIER, 2015), a pesquisa se pautou na perspectiva do putafeminismo. Como salienta Monique Prada (2018, p. 71-72), este é “um feminismo verdadeiramente radical, radicalmente libertário, autônomo”, construído por “mulheres pobres e de pouco estudo formal”. Em suas palavras, “lutamos por nosso direito de existir sem estigma e sem violência, por nosso direito de criar nossos filhos e filhas em segurança, por nosso direito de ocupar espaços para além das esquinas – reais e simbólicas – nas quais temos sido historicamente segregadas”. Nesse sentido, as paisagens por elas construídas e que se entrelaçam em suas relações sociais, produzindo-as, são manifestações dessas narrativas de articulação contra os processos de exclusão e a putafobia, um sistema de opressão que discrimina e violenta as trabalhadoras sexuais. Seguindo essa perspectiva, a pesquisa arqueológica foi posicionada como “uma prática marcadamente antiputafóbica” (COSTA, 2020, p. 21).

A partir da compreensão de que a paisagem como materialidade (TRAMASOLI, 2015) é socialmente ativa, capaz de propor reflexões junto à população de Pelotas, foi construída uma intervenção no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, pautada nesta arqueologia da cidade das trabalhadoras sexuais. A intervenção teve como objetivo manifestar a paisagem dos prostíbulos novecentistas e a presença de trabalhadoras sexuais em Pelotas no início do século XX, invisibilizadas na narrativa hegemônica de patrimônio do município, além de estimular o diálogo sobre direito à cidade e a luta contra a putafobia e a transfobia.

Camila Wichers (2018), ao utilizar-se do conceito de memórias exiladas de Maria Cristina Bruno (2005), afirma que nos museus, as memórias das mulheres ou estão fadadas ao exílio ou encontram-se em situação de subalternidade, especialmente daquelas que não se enquadram no padrão normativo da “bela, recatada e do lar”. Segundo ela, “as memórias exiladas se referem aos silenciamentos e exclusões”. Já “as memórias subalternizadas são aquelas que estão nos espaços museais e de memória, mas a partir de representações frequentemente estereotipadas e marginais” (WICHERS, 2018, p. 143). Para a autora (2017b), as pesquisas arqueológicas e as narrativas de musealização construídas a partir delas, de uma forma ou de outra, comunicam discursos generificados. Portanto, a elaboração de intervenções críticas (GONZÁLEZ-RUIBAL, GONZÁLEZ, CRIADO-BOADO, 2018) nesses espaços, que questionem os sistemas de opressão que atravessam diferentes mulheres, a partir da arqueologia, são quase inexistentes. A memória que se cria através dos objetos atua no reforço dos estereótipos de gênero e da ciência arqueológica enquanto violência epistêmica (WICHERS, 2017b). Como, afinal, podemos intervir?

## INTERVENÇÃO CRÍTICA NO MUSEU

Entre os dias 5 e 18 de agosto de 2019 foi realizada a exposição “Patrimônios Invisibilizados: para além dos casarões, quindins e charqueadas”, no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. A exposição fez parte das ações do Dia do Patrimônio em Pelotas, ocorridas entre os dias 16 e 18 de agosto. Este evento busca valorizar o que o município entende por patrimônio, reforçando narrativas de exclusão. Nas palavras de Alfonso e Rieth, a história oficial pelotense é:

marcada pela presença de grandes homens e a riqueza do Charque, que valoriza como temporalidades a época das charqueadas que se atualiza no



presente, por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, que privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia (ALFONSO, RIETH, 2016, p. 134).

Anualmente, a equipe do Projeto de Pesquisa “Margens” participa do evento, realizando exposições. Estas têm como objetivo trazer à tona as coisas que estão interligadas às histórias de grupos que passam por processos de exclusão na cidade. Nesta edição da exposição “Patrimônios Invisibilizados”, as narrativas de mulheres que exercem trabalhos invisibilizados – especialmente as de trabalhadoras sexuais –, as da comunidade LGBTQIA+<sup>5</sup>, de religiões de matrizes africanas e dos moradores e moradoras do Passo dos Negros (comunidade que vem sofrendo com a especulação imobiliária nesse espaço histórico e de memória calcada na ancestralidade africana), juntamente com as coisas que fazem parte de seus cotidianos, se fizeram presentes no Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense e foram alocadas em módulos expositivos.

A exposição foi proposta a partir da compreensão de que os museus devem “cumprir um papel descolonizador, voltado para auxiliar na produção de narrativas alternativas às oficiais” (ALFONSO, 2012, p. 305), que inclua os grupos em processos de exclusão, já que suas histórias geralmente não estão contempladas nesses espaços. Assim, buscamos a transformação da narrativa oficial pelotense, seguindo a abordagem freireana da pedagogia da pergunta (FREIRE, FAUNDEZ, 1998), a partir do diálogo e da troca de saberes com o público visitante da exposição. Os banners com perguntas reflexivas sobre os patrimônios expostos em cada módulo e os espaços interativos, onde as pessoas poderiam se manifestar da forma como preferirem, por meio da escrita e de desenhos, fazendo suas próprias intervenções, foram estrategicamente pensados como uma forma de incluir os mais diversos públicos. Estas foram maneiras de fazer com que visitantes compartilhassem conosco suas próprias memórias sobre determinados espaços da cidade, através da reflexão sobre o que é patrimônio para si mesmos, possibilitando, desse modo, que se identificassem com as realidades dos grupos representados, a partir do (re)conhecimento de demandas em comum. As reflexões críticas também foram instigadas pela própria equipe do Projeto de Pesquisa “Margens”, que atuou na mediação da exposição, e pela museóloga responsável pelo museu, através do estabelecimento de conversas com o

<sup>5</sup>A sigla LGBTQIA+ refere-se às lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual, entre outras identidades de gênero e orientações sexuais.

público e da inserção de questionamentos de ordem sócio-política sobre os patrimônios invisibilizados de Pelotas.

Partindo desse viés, concordamos com González-Ruibal, González e Criado-Boado (2018) ao afirmarem que “necessitamos de uma pedagogia crítica e transformadora que ensine sobre arqueologia, mas que também use arqueologia para ensinar<sup>6</sup>” (BARTOY, 2012 apud GONZÁLEZ-RUIBAL, GONZÁLEZ, CRIADO-BOADO, 2018, p. 4). Entretanto, como salienta bell hooks<sup>7</sup> (2020), considerando que “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (p. 25), devem ser introduzidas “novas maneiras de saber, estratégias diferentes de partilhar o conhecimento” (p. 23). Estas estratégias devem levar em conta os contextos de inserção, a diversidade e as realidades de educandos e educandas, que possibilitem ensiná-los/as a transgredir os sistemas de dominação, através do seu engajamento na luta antirracista, antissexista, antiLGBTfobia, antiputafobia, entre outras, já que para a autora a educação é um instrumento de resistência. Aqui, compreendemos que as práticas de musealização da arqueologia socialmente comprometidas, que seguem as abordagens dialógicas freireanas, também são instrumentos de resistência.

O módulo expositivo “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas” teve como principal referência as paisagens da rua Tiradentes, entre as ruas General Victorino (atual Padre Anchieta) e Quinze de Novembro. A quadra, situada no centro de Pelotas, nas proximidades do Mercado Público, era denominada de “Bairro Sujo” pelos jornalistas do O Rebate – jornal que circulou na cidade entre os anos de 1914 e 1923 –, por conta da presença significativamente grande de prostíbulos na área. Também fica evidente nesta denominação, como frisa Margareth Rago, a associação, criada pelo discurso médico-policial no século XIX, da prostituição “às imagens da sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável na sociedade” (RAGO, 1991, p. 23).

Cabe destacar que a pesquisa arqueológica tomou as notícias que apontavam para a localização dos prostíbulos novecentistas, no jornal correspondente aos anos de 1914 a

<sup>6</sup>Este ensino por arqueólogos e arqueólogas não faz sentido em diversos contextos não-ocidentais, onde nós temos mais a aprender do que ensinar, porém é imprescindível em vários outros, como salientam os autores.

<sup>7</sup>Bell hooks é escrito em letra minúscula, pois, para a autora, esta é uma forma de dar ênfase ao conteúdo de seus livros e não a ela, a pessoa que os escreveu.



1917, como uma forma de observar indiretamente essa paisagem (BRUNEAU; BALUT, 1997, p. 46-47 apud THIESEN, 2009), para que fosse possível analisá-la, uma vez que os prostíbulo não foram preservados. Por meio do mapeamento foi constatada a existência de ao menos cinco prostíbulo no chamado “Bairro Sujo”, destinados aos homens das classes mais baixas, dentro do recorte temporal que compreende os anos de 1914 a 1917<sup>8</sup>. Para manifestar essas paisagens, a arqueóloga e artista transfeminista Violet Baudelaire<sup>9</sup> produziu dois desenhos e uma pintura a partir das notícias do jornal. Estes foram pensados com o objetivo de evocar os passados das trabalhadoras sexuais que viviam no trecho da rua Tiradentes, já que os prostíbulo onde moravam e trabalhavam foram destruídos e soterrados em camadas e mais camadas de machismo (BAUDELAIRE, 2019).

Ainda que a quadra desde sempre tenha sido um local importante para a execução do trabalho sexual, como evidenciou a pesquisa (Cf. COSTA, 2020), o último projeto de revitalização do Mercado Público, reaberto em 2012, acarretou a remoção das trabalhadoras sexuais para locais mais distantes do centro. Entretanto, algumas ainda permanecem no local, apropriando-se daquele espaço que evoca as memórias dos vários prostíbulo que ali se situavam e das trabalhadoras sexuais que neles trabalhavam.

Tanto os desenhos como a pintura fizeram parte do módulo, sendo expostas no museu juntamente com recortes de notícias fotografadas e impressas do jornal O Rebate referente ao ano de 1915.

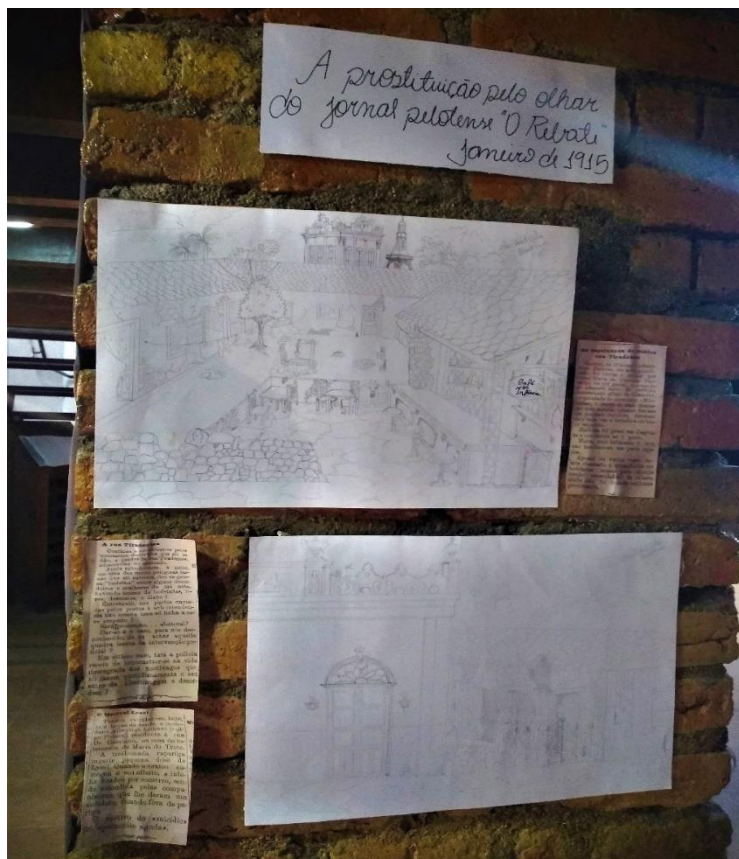
<sup>8</sup> O jornal O Rebate está disponível para pesquisa na Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>9</sup> Violet Baudelaire, no ano de 2019, era graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Enquanto estagiária do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo coordenado pela Profa. Dra. Beatriz Thiesen, fez seu estágio de campo (disciplina obrigatória no Bacharelado em Arqueologia da FURG), no âmbito do Projeto de Pesquisa de Mestrado intitulado “A prostituição na Pelotas novecentista: as margens sob a ótica da Arqueologia da Paisagem”, de Vanessa Avila Costa.



**FIGURA 1:** Pintura produzida por Violet Baudelaire exposta no Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, juntamente com as notícias do jornal O Rebate referente ao ano de 1915. Foto: Vanessa Avila Costa, 2019.

**FIGURA 2:** Foto da notícia do jornal O Rebate, referente ao dia 21 de janeiro de 1915, que inspirou a produção da pintura. Fonte: Biblioteca Pública Pelotense.



**FIGURA 3:** Desenhos de um prostíbulo do chamado “Bairro Sujo”, produzidos por Violet Baudelaire, expostos no Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, juntamente com as notícias do jornal *O Rebate* referente ao ano de 1915. Foto: Vanessa Avila Costa, 2019.

Para inserir o debate em torno da ideia de que “trabalho sexual é trabalho” (PRADA, 2018, p. 55), o módulo demonstrou as lutas cotidianas das mulheres que exercem trabalhos que são desvalorizados e invisibilizados na cidade, no passado-presente, reconhecendo o seu protagonismo na construção de Pelotas. Destacamos algumas delas: artesãs indígenas, trabalhadoras domésticas, banqueteadoras, doceiras, lavadeiras, operárias, costureiras e, também, trabalhadoras sexuais. No banner produzido para este módulo, além da elaboração de um texto escrito em linguagem acessível para todos os públicos e das perguntas reflexivas, também foram colocadas fotos dessas trabalhadoras de Pelotas, assim como parte da pintura de Violet Baudelaire, a fim de representar a luta pelo direito a cidade travada pelas trabalhadoras sexuais. Este banner foi colocado em frente aos desenhos e pintura:





**FIGURA 4:** Banner do módulo expositivo. Fonte: Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

Ao lado do banner, uma cartografia em desenho que revela as resistências das trabalhadoras sexuais no passado-presente-futuro de Pelotas, foi posicionada em cima da bandeira LGBTQIA+, como uma forma de denunciar não apenas a putafobia, mas também a transfobia a qual as travestis que executam o trabalho sexual sofrem. Nas palavras da travesti putafeminista Amara Moira “a transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir”. “Sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem ao trabalho sexual” (MOIRA, 2018, p. 176). Cabe destacar que esta cartografia foi construída a partir das narrativas das interlocutoras do Projeto de Extensão “Mapeando a Noite”: as trabalhadoras sexuais travestis que trabalham no centro de Pelotas à noite. Uma de suas reivindicações, apontada na cartografia, é a regulamentação do trabalho sexual. Por isso, também foi colocada uma carteira de trabalho ao lado da produção cartográfica, da

bandeira LGBTQIA+ e de coisas que fazem/faziam parte do universo das trabalhadoras sexuais, como um par de sapatos e um leque. A carteira de trabalho também expressou as lutas de trabalhadoras domésticas pela garantia de direitos trabalhistas, sendo associada às coisas que representaram o cotidiano de trabalhadoras domésticas na exposição, como o material de limpeza.



**FIGURA 5:** Coisas que fizeram parte do módulo expositivo. Foto: Vanessa Avila Costa, 2019.

As coisas que deram vida ao módulo, incluindo a pintura, os desenhos, os recortes de jornal e a cartografia, foram dispostas de modo que estas expusessem ao público não apenas as opressões sofridas pelas trabalhadoras sexuais, mas também as suas resistências. As paisagens da rua Tiradentes musealizadas foram responsáveis por escancarar o apagamento das paisagens dos prostíbulos e, conseqüentemente, das memórias relacionadas às trabalhadoras sexuais, cujos passados não são considerados dignos de serem lembrados. Dessa forma, trouxeram reflexões sobre os processos de higienização social na cidade e os mecanismos do poder criados para manter as

trabalhadoras sexuais em situação de clandestinidade. Também destacamos a pintura como o elemento que chamou mais a atenção de visitantes neste módulo. Assim como ela, as notícias do jornal *O Rebate* e os desenhos também foram fotografados diversas vezes pelo público, geralmente com a justificativa de que queriam mostrá-los para seus familiares, amigas e amigos que não puderam estar presentes e interagir com o módulo.



**FIGURA 6:** Visitantes observando a pintura. Foto: Vanessa Avila Costa, 2019.

Os diálogos com o público, estimulados pela equipe responsável pela mediação do módulo, enfocaram a destruição dos elementos materiais relacionadas ao universo do trabalho sexual, como os prostíbulos, e a construção de uma narrativa hegemônica excludente em Pelotas. Através das coisas, também trouxemos o debate sobre a regulamentação do trabalho sexual. A putafobia e também a transfobia ao qual as travestis e mulheres trans que executam o trabalho sexual estão sujeitas foi um importante tema debatido. Como explica Monique Prada (2018), “a maioria delas são expulsas de casa pelas famílias bem cedo e rejeitadas pelo mercado de trabalho formal”. Dessa forma, encontram “na prostituição a única forma de subsistência”, como ressalta Amara Moira (MOIRA, 2018,



p. 176). Ainda segundo Monique Prada (2018), “entre elas, a prostituição é quase sempre compulsória, ainda que também seja reconhecida por algumas travestis como seu espaço primeiro de construção de afetos e de reconhecimento de identidade” (p. 60). Além disso, as travestis exercem majoritariamente a prostituição de rua, cuja precariedade do trabalho reflete em uma maior possibilidade de serem agredidas, ao contrário das mulheres cisgêneras, que podem executar o trabalho sexual nos prostíbulos, conforme a autora. “Aqui, a luta deve ser contra a transfobia e pela inserção da população trans no mercado de trabalho, permitindo que exerçam a prostituição se desejarem, mas não como única alternativa de sobrevivência” (PRADA, 2018, p. 61). Seguindo por uma ótica interseccional, também não podemos esquecer das opressões raciais, pois se uma trabalhadora sexual travesti branca sofre com a transfobia e a putafobia, uma trabalhadora sexual travesti negra sofrerá não só com a transfobia e a putafobia, mas também com o racismo.

Por meio do banner com várias fotos de trabalhadoras da cidade, explicamos que o trabalho sexual é um entre tantos outros trabalhos exercidos por mulheres de baixa renda, que precisam sustentar a si e a suas famílias. Afinal, conforme Monique Prada, “muitas de nós, mulheres cisgêneras, acabamos por ter no trabalho sexual a única (ou última) alternativa para fugir da fome e da miséria”, pois ele “costuma ser, entre os trabalhos informais, aquele que melhor remunera as mulheres, mesmo as que têm pouco estudo ou qualificação” (p. 60). Devemos levar em conta que “a prostituta, sendo uma mulher igual às outras, está inserida no mesmo contexto de exploração e opressões que cerca todas as mulheres” (PRADA, 2018, p. 72), já que em todas as relações de trabalho no sistema capitalista ocorre a exploração laboral, inclusive no trabalho sexual. Como salienta Silvia Federici em sua entrevista a Nuria Alabao (2018),

Não podemos dizer que um determinado tipo de exploração é aceitável e outro não. Isso implica estabelecer hierarquias entre as mulheres em relação a que tipo de exploração estão submetidas ou suportam. É verdadeiramente uma forma de moralização que não leva em conta que essas mulheres não têm outra alternativa melhor.

Portanto, “não é sensato condenar à clandestinidade as mulheres que precisam recorrer ao trabalho sexual para sobreviver”. Se faz “imprescindível defender que possamos exercer a atividade que dá sustento a nós a nossas famílias de forma menos precária e, ao mesmo tempo, lutar contra a miséria e por políticas públicas que garantam opções melhores para todas as mulheres” (PRADA, 2018, p. 60).

Uma das visitantes afirmou após a imersão naqueles passados tão presentes que “as pessoas deveriam se colocar mais no lugar das prostitutas, entender que aquele é o trabalho delas”. O preconceito da sociedade em relação àquelas que exercem o trabalho sexual também foi evidenciado nas narrativas das pessoas que conversamos. Após a realização da exposição, recebemos o seguinte comentário de uma moradora de Pelotas: “Aquele módulo mudou muito minha visão sobre o trabalho sexual, de verdade. Desde aquele dia tenho tentado rever alguns preconceitos meus”.

As obras produzidas por Violet Baudelaire ativaram as memórias das pessoas, que também fizeram seu próprio mapeamento dos prostíbulos e das áreas associadas à prostituição da cidade, através de suas narrativas. Estas foram instigadas pelo questionamento colocado em um dos espaços de interação: “Tu conheces as histórias dos prostíbulos de Pelotas?”. A rua Tiradentes apareceu em um relato de uma das visitantes, ao afirmar que “a Tiradentes da ponta da balsa até a Quinze era muito assim, tinha casa de dança, tinha casa de se encontrar, ficou uma rua muito conhecida. Elas ficavam na rua, mas pra entrar nas casas. Ficavam na rua pra pegar os homens, porque quando a gente vinha da terreira tinha muita mulher mesmo”. A Praça Coronel Pedro Osório, situada nas proximidades da rua Tiradentes e do Mercado Público, também se fez presente em uma das narrativas de uma moradora de Pelotas, que nos disse: “Quando eu tinha uns 14 anos mais ou menos, minha avó não me deixava sentar na praça Coronel Pedro Osório porque era um local onde as prostitutas ficavam né, onde elas chamavam os homens”. Outro relato menciona uma denominação a qual recebeu uma área que estava associada ao trabalho sexual que é bastante semelhante à da quadra da rua Tiradentes, entre as ruas General Victorino e Quinze de Novembro: “Na Barroso entre Tiradentes e Telles existiam casas de prostituição e a quadra era chamada de Buraco Sujo”. Estas foram algumas das histórias contadas pelo público<sup>10</sup>, que contribuíram para a realização da pesquisa, identificando a localização dos prostíbulos do século XX.

Também presenciamos o incomodo de visitantes por estarmos abordando a temática do trabalho sexual no museu. Observamos que algumas pessoas, assim que entravam no museu, paravam para olhar a pintura. Após compreenderem que estávamos privilegiando

<sup>10</sup> Estimamos que mais de mil pessoas tenham visitado a exposição “Patrimônios Invisibilizados” desde o dia em que ela foi aberta ao público, até a data em que ocorreu o evento Dia do Patrimônio em Pelotas. Por este ser um evento reconhecido na cidade, a exposição atendeu a um público diverso, incluindo o público escolar.

as histórias de trabalhadoras sexuais naquele espaço de poder, e não a narrativa dominante – dos “homens brancos da elite, assumidamente heterossexuais, e cisgêneros” (COSTA, 2018, p. 25) –, recusavam o diálogo e saíam em direção aos outros módulos.

De uma forma ou de outra, o módulo das trabalhadoras cumpriu o seu papel ao revelar os preconceitos que estão enraizados em nossa sociedade, provocando o desconforto frente às temáticas abordadas. Este é o poder do mundo material. Ele desperta não só para as histórias que foram invisibilizadas através da ocultação das paisagens, como também para os sentimentos que negamos. É responsável por ativar emoções e provocar reflexões sobre as desigualdades sociais do mundo capitalista, as opressões de gênero, classe, raça e etnia, estruturadas pelo colonialismo. Nos faz questionar sobre os preconceitos que estão internalizados em nós mesmos/as. E é dessa forma, escancarando-os, que podemos efetivamente combatê-los.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as práticas de musealização da arqueologia, elaboradas em torno da proposta freireana da dialogicidade, são importantes ferramentas políticas de construção de narrativas contra-hegemônicas acerca de patrimônios invisibilizados. Estas práticas devem estar engajadas com as demandas de grupos em processos de exclusão, fortalecendo a luta antiputafobia, antiLGBTfobia, antirracista, antissexista, entre outras.

Salientamos, conforme González-Ruibal, González e Criado-Boado (2018), o quanto é necessária, no contexto político atual, uma arqueologia que seja provocativa, que fale sobre coisas que causam desconforto, que problematize narrativas, que se comprometa com a explicação histórica, envolvendo não somente aquelas pessoas que já estão convencidas e prontas para nos ouvir (nosso público habitual), mas também as que são adeptas dos ideais do populismo reacionário de extrema-direita<sup>11</sup>. Em uma sociedade atravessada pela putafobia, é essencial “tornar manifesto” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) seguindo uma perspectiva putafeminista, como um mecanismo de desnaturalização do estigma de puta (PHETERSON, 1986) criado no passado.

<sup>11</sup> No Brasil, o populismo reacionário vem promovendo ataques às comunidades em processos de exclusão e também às ciências humanas, como a arqueologia.

Não podemos subestimar o poder que a arqueologia possui para evocar o passado no presente, através do mundo material. Para a elaboração do módulo expositivo “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”, utilizamos esse poder como uma tática para fazer lembrar que se as mulheres ainda hoje estão exercendo trabalhos precários como o trabalho sexual para garantir o seu sustento e de suas famílias, é porque no passado, como estratégia do capitalismo e do colonialismo, a pobreza foi feminizada, como explica Silvia Federici (2017): as mulheres tiveram seu trabalho invisibilizado e este passou a ser visto como um “não trabalho”. Lembrar que não devemos lutar para abolir a prostituição, que muitas vezes é a melhor possibilidade de trabalho para várias mulheres de baixa renda, mas sim o capitalismo e o colonialismo, responsáveis por produzir a condição de subalternização das mulheres. Afinal, “acabar com a prostituição não é acabar com os corpos disponíveis para objetificar, explorar e humilhar, porque isso já acontece dentro dos casamentos gratuitamente. E, sim, acabar com a prostituição é acabar com o sustento de milhares de famílias”, como explica a trabalhadora sexual e militante putafeminista Santuzza Souza (2018).

Consideramos que através da criação de intervenções públicas críticas (GONZÁLEZ-RUIBAL, GONZÁLEZ, CRIADO-BOADO, 2018), enfocadas pela efemeridade das coisas, podemos manifestar os apagamentos, estando esses permeados por injustiças sociais. O módulo expositivo proposto a partir da aproximação entre arqueologia e museologia, nesse sentido, possibilitou a construção de narrativas contra-hegemônicas, valorizando as histórias das trabalhadoras sexuais no espaço do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. Mais do que isso, provocou reflexões sobre os sistemas de opressão que agem na ocultação das paisagens da prostituição e na manutenção dos processos de exclusão das trabalhadoras sexuais cisgêneras, travestis e transexuais.

Por último, ressaltamos que o “museu atua como possibilitador de mudanças” (ALFONSO, 2012, p. 305), possuindo um importante papel enquanto agente de transformação social. Portanto, se faz imprescindível a abertura dessas instituições para a valorização das histórias de vida de humanos e não-humanos que geralmente não estão contempladas nesses espaços, indo na contramão das narrativas oficiais. Sendo assim, reivindicamos que os museus não apenas privilegiam as narrativas de grupos em processos de exclusão e o seu mundo material, mas que eles venham a somar nas lutas contemporâneas travadas por esses grupos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALABAO, Nuria. “El sexo para las mujeres há sido siempre un trabajo”. Entrevista com Silvia Federici. **Revista Contexto**. N. 194, 2018. Disponível em: <https://cxtx.es/es/20181114/Politica/22841/silvia-federici-el-sexo-ha-sido-un-trabajopara-las-mujeres.htm>. Acesso: 20/11/2020.

ALFONSO, Louise. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. SCHIAVON, Carmem; PELEGRINI, Sandra (org.). Editora da FURG, Rio Grande – RS, 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUDELAIRE, Violet. **Relatório de Estágio de Campo – Pintando o que é invisível...** (Bacharelado em Arqueologia – FURG), Rio Grande, RS, 2019.

BENDER, Barbara. Landscape and Politics. In: **The Material Culture Reader**. Edited by Victor Buchli. Berg Publitions, Oxford, New York, 2002.

BRUNO, Maria Cristina. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 31, p. 234-247, 2005.

BRUNO, Maria Cristina. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 4-15, 2013.

CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 41, 2011.

COSTA, Vanessa. Arqueologia das margens: pensando paisagens e fronteiras. **Tessituras, Pelotas**, v. 6, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2018.

COSTA, Vanessa. **As Manifestações das Paisagens Ocultadas: Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DODE, Maritza. “**Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...**”: os cortiços na paisagem urbana da Rio Grande oitocentista. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2012.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Sycorax. Editora Elefante. 1ª Ed. São Paulo, 2017.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GNECCO, Cristobal. Escavando arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 8-22, 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy an archaeology of supermodernity. **Current Anthropology**. V. 49, N. 2, 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo; CRIADO-BOADO, Felipe. Em contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. **Chungara** - Revista de Antropología Chilena, p. 1-7, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2ª ed. 2020.

LIMA, Tania; SENE, Gláucia; SOUZA, Marcos André. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. Hoo Editora, São Paulo, 2018.

OLSEN, Bjorn, et al. **Archaeology**: the discipline of things. Berkeley: University of California Press, 2012.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Editora Veneta, 1ª ed. 2018.

PHETERSON, Gail. **The whore stigma** – female dishonor and male unworthiness. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.



SILVA, Yasmin. **Arqueologia da Geribanda: (re)existências no passado-presente.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2018.

SOUSA, Ana Cristina. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Revista Habitus**, Goiânia, v.3, n.2, p. 291-300, 2005.

SOUZA, Santuzza. Relato de uma trabalhadora sexual brasileira. **Vice**. 2018. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvnazw/relato-de-umatrabalhadora-sexual-brasileira](https://www.vice.com/pt_br/article/qvnazw/relato-de-umatrabalhadora-sexual-brasileira). Acesso: 22/04/2019.

THIESEN, Beatriz. **As paisagens da cidade: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Rio Grande do Sul, 1999.

THIESEN, Beatriz. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). Universidade de Caxias do Sul. **Revista Médis: História & Cultura**. V. 8, N. 16., 2009.

THIESEN, Beatriz, et al. Vestígios de uma ausência: uma arqueologia da repressão. **Revista de Arqueologia Pública**, V. 10, p. 231-250, 2014.

TRAMASOLI, Felipe. **Arqueologia da Cidade Cinza: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

WICHERS, Camila. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2017a.

WICHERS, Camila. Musealização da Arqueologia: provocações e proposições feministas. **III Sebramus**, 2017b.

WICHERS, Camila. Museologia, feminismos e suas ondas de renovação. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Universidade de Brasília, v. 7, n. 13, 2018.

Recebido em: 07/01/2021

Aprovado em: 15/05/2021